



**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ - TABULEIRO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

IRANILDE BEZERRA PINTO

**INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA NA DISCIPLINA PRÁTICAS
PROFISSIONAIS DO CURSO DE FARMÁCIA**

**MACEIÓ, AL
2023**

IRANILDE BEZERRA PINTO

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA NA DISCIPLINA PRÁTICAS
PROFISSIONAIS DO CURSO DE FARMÁCIA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização em Docência do Ensino Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, *Campus* Maceió - Tabuleiro, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Docência na Educação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Santos de Almeida

MACEIÓ, AL
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

374.007

P659i

Pinto, Iranilde Bezerra.

Intervenção pedagógica na disciplina práticas profissionais do curso de farmácia / Iranilde Bezerra Pinto. - Maceió, 2023.

20 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Santos de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, EAD/UAB, Polo Maceió. Maceió, 2023.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Educação e saúde. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Intervenção pedagógica.

I. Título.

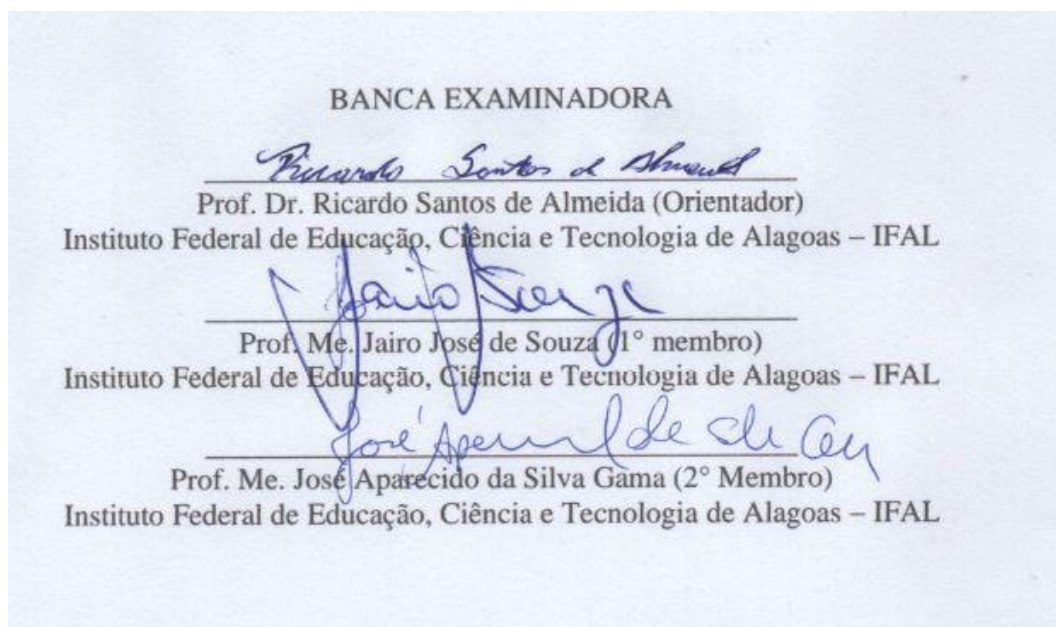
IRANILDE BEZERRA PINTO

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA NA DISCIPLINA PRÁTICAS
PROFISSIONAIS DO CURSO DE FARMÁCIA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização em Docência do Ensino Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, *Campus* Maceió - Tabuleiro, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Docência na Educação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Santos de Almeida

Aprovado em: 25/10/2023



INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA NA DISCIPLINA PRÁTICAS PROFISSIONAIS DO CURSO DE FARMÁCIA

PEDAGOGICAL INTERVENTION APPLIED IN THE DISCIPLINE PROFESSIONAL PRACTICES OF THE PHARMACY COURSE

Iranilde Bezerra Pinto¹
Ricardo Santos de Almeida²

RESUMO

Este estudo objetiva-se por analisar as contribuições didático-pedagógicas de intervenções realizadas no âmbito da disciplina Práticas Profissionais, no curso técnico de Farmácia ofertado no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede pública estadual, em 2023, em Rio Largo/AL. Neste sentido, a pesquisa qualitativa utilizando-se de revisão integrativa sobre a EJA a partir dos preceitos de Freire (1967, 1982, 1987), Vygotsky (1998) e outros autores. Além disso, foram realizadas pesquisas documentais, pesquisas de campo, prática de observação e entrevista semiestruturada com a professora regente da disciplina Práticas Profissionais do curso Técnico em Farmácia e registros em fotos da sala de aula no período de uma semana.

Palavras-chave: Educação e Saúde. Ensino e aprendizagem. Intervenção Pedagógica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the didactic-pedagogical contributions of interventions carried out within the scope of the Professional Practices discipline, in the Farmácia technical course offered within the scope of Educação Profissional e Tecnológica in the Educação de Jovens e Adultos (EJA) modality, in the state public network, in 2023, in Rio Largo/AL. In this sense, qualitative research using an integrative review on EJA based on the precepts of Freire (1967, 1982, 1987), Vygotsky (1998) and other authors. In addition, documentary research, field research, observation practice and semi-structured interviews were carried out with the professor in charge of the Professional Practices discipline of the Pharmacy Technician course and photos of the classroom were recorded over a period of one week.

Keywords: Education and Health. Teaching-learning. Pedagogical Intervention.

Data de Submissão: 01/09/2023.

Data de aprovação: 25/10/2023.

¹Graduada em Gestão Pública. E-mail: iranilde_bezerra37@hotmail.com.

²Orientador. Doutor em Educação. E-mail: ricardo.santos@ifal.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A EJA é a sigla de Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade adequada. Com isso a EJA permite que o aluno retorne à sala de aula e conclua os estudos em um tempo menor. Isso possibilita a sua certificação de conclusão para alcançar uma boa oportunidade no mercado de trabalho. Neste sentido, espera-se que o currículo e os componentes curriculares na EJA devam estar articulados ao mundo do trabalho, proporcionando ao estudante relações interessantes nos ensinar-aprender nos espaços formais e informais.

Os processos de ensino e aprendizagem que corroboram para a formação discente-profissional no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são decorrentes de programas e políticas educacionais como PROEJA, ou seja, produtos de lutas sociais por direito à educação pública socialmente referenciada que contribua para que jovens, adultos e idosos compreendam o mundo que está a sua volta e com ele possam conviver (ver figura 1).

Figura 1. Sala de aula investigada



Fonte: Iranilde Bezerra Pinto (2023).

Como fundamentação teórica, alicerce deste estudo encontram-se permeados os pensamentos de Paulo Freire, que é um defensor da Educação de Jovens e Adultos, que considere suas especificidades de vida e Vygotsky que é referência da abordagem sócio-interacionista.

Há alguns anos a EJA era conhecida como supletivo. Atualmente, a EJA tem como uma das funções preparar o jovem para o mundo de trabalho, já que essas pessoas têm oportunidades maiores de conseguirem o de permanecerem em um emprego. Com isso, a EJA

instituída pelo governo federal, a partir da década de 1940, e oferecida também por escolas estaduais, na contemporaneidade, cuja adesão de um curso de Formação Inicial Continuada (FIC) no Ensino Médio se dá aos matriculados a partir de 18 anos a oportunidade de estudar. Os cursos FIC são escolhidos pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas e tem como intuito suprir a necessidade do estudante para o término dos estudos e também atender a demanda do mundo do trabalho. A EJA também é uma oportunidade para quem quer concluir os estudos e seguir uma vida acadêmica.

Na trilha deste estudo associaram-se à pesquisa qualitativa as pesquisas bibliográficas, documental e de campo, tendo a escola-referência a Escola Estadual Fernandina Malta objetivando compreender e valorizar as especificidades do trabalho pedagógico no curso EJA do Ensino Médio por meio da intervenção pedagógica no curso de Auxiliar de Farmácia na disciplina Farmacologia (ver figura 2).

Figura 2. Sala de aula investigada



Fonte: Iranilde Bezerra Pinto (2023).

Realizou-se neste movimento uma palestra sobre medicamentos fitoterápicos cujo objetivo foi socializar conhecimentos para os estudantes/ EJA trabalhadores sobre a alimentação saudável utilizando-se de produtos naturais encontrados na feira pública do município como tratamento de algumas enfermidades.

A modalidade EJA é para aqueles que por algum motivo não concluíram o ensino no período adequado. Apesar deste contratempo, a educação é um direito previsto na Constituição Federal de 1988, por isso, a EJA é fundamental para o retorno dos que possuem esta lacuna na educação. Dessa forma, é importante frisar que a aprendizagem segue por toda a vida, e não devemos nos limitar para aprendermos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na época de colonização do Brasil, somente as classes médias e altas tinham acesso ao conhecimento nas poucas escolas que existiam, os filhos recebiam atendimento escolar em casa, não havia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos, a classe pobre era desfavorecida não tinha nenhum acesso à escola e quando ocorria era de forma indireta.

O ensino jesuítico naquele tempo possuía apenas o interesse de propagar a fé cristã, era destituído de objetivos voltados para a transmissão de conhecimentos científicos, isso aconteceu até o período pombalino. Esse período remeteu a ameaça que os jesuítas causavam para os colonizadores, quando eles começaram a perceber a utilização de seus ensinamentos para a domesticação e resiliência dos povos indígenas e a imposição do trabalho forçado pelo processo colonizador.

Todas as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, o Ratio at que Instituto Studiorum, chamado abreviadamente de Ratio Studiorum. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina (Bello, 1992. p. 2).

Marquês de Pombal agiu de forma rígida contra os jesuítas, por volta de 1759, expulsando-os do Brasil. Então, com a expulsão dos jesuítas a educação brasileira se deu sob a imposição do Estado. Assim a Educação de Jovens e Adultos tem sido qualificada pelo poder público como assistencialista e não como um direito subjetivo do cidadão.

Criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (Piletti, 1992. p. 36).

A EJA essa modalidade de educação surgiu na década de 1940, por meio de campanhas de programas emergenciais que priorizaram a leitura e a escrita de parte dos sujeitos analfabetos a partir dos 15 anos de idade. As lutas em favor da educação marcaram vários períodos históricos do país, mas a década de 1940 chama a atenção pelos números apresentados.

O problema do analfabetismo do período é constatado com maior rigor com o recenseamento geral realizado em 1940, cujos dados revelaram uma alarmante estatística; mais da metade da população de jovens e adultos com 15 anos foi considerada analfabeta. Com base nesses resultados, o Ministério Educação lançou campanhas de atendimento à educação de jovens e adultos. Essas campanhas priorizaram, atender às determinações da UNESCO que visavam à implementação de uma política pública de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil.

Nos anos de 1958 surge a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. E a partir dos anos 1960, novas campanhas são deflagradas; Campanha Nacional de Educação de Adultos; Campanha de Educação de Adultos, concebida por Lourenço Filho; Campanha Nacional de Educação Rural e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Logo

após, surge o Movimento de Educação de Base, encampado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Outros movimentos locais tiveram grande importância na educação de jovens e adultos no Brasil; o Movimento de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes; O movimento de Cultura Popular do Recife, pensado a partir da concepção de alfabetização de Paulo Freire, criado durante a gestão do prefeito Miguel Arraes; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada em Natal pelo prefeito Djalma Maranhão.

A partir de 1963 foram extintas oficialmente todas as campanhas nacionais de educação de adultos. Com a vitória do movimento civil popular, o presidente João Goulart (1961-1964) acabou com todas as atividades ligadas ao Programa Nacional do Analfabetismo. Mesmo que indiretamente, a União apoia e financia a Cruzada da Ação Básica Cristã. Cruzada ABC, idealizada por um grupo de professores do Colégio evangélico Agnes e Erskine de Pernambuco.

As lutas em favor da Educação de Adultos continuaram com a maior propagação do ideário de Paulo Freire, mediante os movimentos de cultura popular iniciados em Recife/PE, 1961. As ideias freirianas traziam um caráter revolucionário.

Levar os sujeitos a compreenderem a exploração de sua força de trabalho e as desigualdades sociais era algo inovador. A problematização, a criticidade, a dialogicidade e a busca pela emancipação constituíam o processo de alfabetização.

Ideias como pensar a educação a partir do desvelamento da realidade dos sujeitos, discutir a problemática que os sujeitos alunos estavam vivenciando, em plena ditadura militar levaram Paulo Freire ao exílio, pois o movimento em favor da alfabetização de adultos era considerado inadequado ao olhar autoritário dos governantes do período; o caráter inovador da proposta inquietava a todos que queriam dominar o país. Com o golpe militar às ações da EJA foram extintas e Paulo Freire exilado.

Em 1967 foi criado por meio da Lei 5.379, de 15 de dezembro o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que propôs uma formação que atendesse ao Estado burguês. Desde esse período as políticas para essa modalidade de ensino desconsideravam a educação no âmbito da formação humana. Ao propor essa ação de alfabetização, o Estado desvincula a educação da Formação humana e enfatiza as desigualdades sociais, pois mantém uma estrutura social de exploração de pessoas analfabetas não atendidas pela escola. Esse processo de exploração teve concretude também durante a industrialização.

A partir do final da década de 1960, grande quantidade de analfabetos migrou da zona rural para as cidades. Estas não tinham como absorver os migrantes analfabetos, que acabaram se estabelecendo nas periferias das metrópoles. Ao público jovem e adulto trabalhador ofertava-se uma educação pontual sem perspectiva de continuidade, com financiamento insuficiente para atender a demanda da população jovem e adulta, que permanecia fora do espaço educacional. As iniciativas de educação estavam atreladas aos interesses de grupos políticos e econômicos que priorizaram uma educação mínima destinada ao trabalhador, para que este desempenhasse atividades manuais dissociadas do trabalho intelectual.

Com isso o interesse estava em atender as demandas do mercado e não em dar uma educação de qualidade aos jovens e adultos. A década de 1980 marcou a história com a queda da ditadura militar, e o início do processo de redemocratização do país. Foi aprovada a oitava Constituição Brasileira promulgada durante o governo José Sarney, no ano de 1988. Em seu artigo 205, a Constituição Federal Brasileira traz consigo os seguintes informes:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, n.p).

Essa Constituição, considerada avançada em relação às anteriores, concede maior liberdade e direitos ao cidadão, reduzidos durante o Regime Militar viabiliza a incorporação de emendas populares e mantém o status do Estado como República presidencialista. E, no que diz respeito à educação enuncia:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele tiverem acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (Brasil, 1988, n.p).

Neste documento oficial, o mais importante do País, o povo brasileiro tem significativos ganhos a partir da garantia dos direitos fundamentais, entre eles, o direito à educação.

Nesta Constituição, a de 1988, a EJA é legitimada, no título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros. O artigo 208 diz que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria" (Brasil, 1988, n.p). Um artigo que garante o direito, mas é contraditório na expressão "idade própria" (Brasil, 1988, n.p) ao referir-se a população jovem e adulta que, por razões diversas, não foi inserida no sistema formal de ensino, já que se entende que a aprendizagem deve ocorrer ao longo de toda a vida.

Nos anos de 1990 as reformas Educacionais no Brasil, justificavam-se em nome da qualidade do ensino e do desenvolvimento do país. A crise econômica que atingiu com maior força os países em desenvolvimento desencadeou no Brasil uma série de reformas. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Esse governo investiu em mudanças educacionais, com um pacote de medidas que tinham como objetivo o ajuste do país ao modelo neoliberal de educação. Nesse modelo neoliberal a educação passou a ser encarada numa visão mercadológica, deixando de lado a formação humana.

Em atendimento às transformações do Estado neoliberal, as reformas educacionais implicaram mudanças na política de educação brasileira. As alterações foram impulsionadas por acordos do Banco Mundial, que disponibilizavam recursos financeiros por meio de empréstimos, submetendo os países endividados a regras rígidas e mecanismos de controle que deveriam ser cumpridos em sua totalidade.

O Banco Mundial exige que os países em desenvolvimento realizem reformas estruturais nas políticas públicas sociais. Assim a educação que atende o trabalhador contemporâneo continua seguindo a lógica da classe dominante, uma educação com conhecimentos mínimos, suficientes para desenvolver habilidades que possam colaborar com a expansão do processo produtivo, segundo a lógica do capital.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB n. 9394/96 toma como base a Constituição Federal de 1988 e avança ao incluir a EJA como modalidade de ensino da Educação Básica. Na mesma lei foi vetado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a inclusão da EJA no Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental FUNDEF.

Incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política (Rodrigues, 1991, p. 35).

A prioridade do governo de Fernando Henrique Cardoso era o Ensino Fundamental voltado para crianças; mesmo contrariando um direito constitucional, a EJA foi excluída da política de financiamento. O investimento no Ensino Fundamental não se configurou em política positiva para a EJA, pois contribuiu para o aumento de adolescentes analfabetos oriundos do ensino fundamental; são os multirrepetentes, que ao atingirem idade para a matrícula na EJA, a própria escola se encarrega de fazer essa migração. Outros abandonaram a escola e voltaram logo após completarem 15 anos para ser matriculados na EJA. Após a exclusão da EJA do Fundef, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou um programa, como política pública compensatória, para financiar a oferta da EJA. É lançado então o programa Recomeço, logo depois substituído pelo Fazendo Escola, para viabilizar recursos por meio do FNDE para estados e municípios investirem na EJA.

As normas para a gestão dos recursos eram determinadas por resoluções para atender a todo o País. Para dar continuidade à política educacional foi lançado em 2007, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), instituído pela Lei n. 11.496, em substituição ao FUNDEF. Sua abrangência inclui da Educação Infantil ao Ensino Médio, a EJA e também as demais modalidades de ensino. Nos últimos anos a educação de jovens e adultos teve avanços sobremaneira a partir da Constituição Federal de 1988, da LDB n. 9.394 de 1996, e da V Conferência Internacional de Educação de Adultos.

A CONFINTEA, realizada no ano de 1997 em Hamburgo na Alemanha, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos- Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação como também a recomendação de uma educação ao longo da vida para jovens adultos e idosos se mantém na VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos, realizada no ano de 2009 em Belém do Pará. O Brasil sediou a VI CONFINTEA ocorrida em dezembro de 2009 em Belém do Pará. Dentre as recomendações no texto situa-se a política de educação ao longo da vida, destinada à educação de adultos de forma articulada.

As políticas educacionais para os sujeitos alunos da Educação de Jovens e Adultos instituídas nos dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010) mantiveram a política educacional por meio do programa Brasil Alfabetizado 2003, financiado pelo MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Com o discurso de uma política educacional de garantia da continuidade de estudos de parte da população jovem e adulta que se encontra fora do sistema formal de ensino, o governo lançou mais programas, a saber: A) Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem 2005, sob a responsabilidade da Secretaria- Geral da Presidência e em parceria com o Ministro da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego MTE, cujo objetivo é conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional. B) Proeja, 2006. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETEC). Apenas o Programa Brasil Alfabetizado é de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação, os demais ficam a cargo de outros ministérios e secretarias.

O Programa Brasil Alfabetizado foi implantado em 2003, na primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O discurso oficial traz para o programa o termo recorrente em tantos discursos e programas vivenciados em outros momentos do processo histórico educacional brasileiro, "erradicar o Analfabetismo", ou seja, arrancar pela raiz, equiparação a uma erva daninha que precisa ser extirpada. O Programa, elaborado pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade (SECAD), atualmente está implantado em vários municípios brasileiros.

No ano de 2005 é lançado pelo governo federal o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), programa de caráter experimental regulamentado pelo artigo 81 da LDB n 9.394/96 que na proposta original buscava atender jovens de 18 a 24 anos que não concluíram

o ensino fundamental. O programa foi reformulado no ano de 2008 e passou a ter uma atuação maior nas modalidades: Projovem Urbano (que de 2008 a 2011 foi executado pela Secretaria Nacional de Juventude e em 2012 migrou para o Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Com o propósito de atender a educação profissional dos trabalhadores, o governo federal instituiu em 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O programa foi criado a partir do Decreto n. 5.478/2005 revogado em seguida, pois responsabilizava apenas os Institutos Federais de Educação pela sua efetivação.

A partir do Decreto n. 5.840/2006, há uma maior abrangência para que outras instituições também façam parte da implantação das ações do referido programa, conforme exposto no art. 1º:

O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S") sem prejuízo do disposto no artigo 4 deste artigo. Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais. (Brasil, Decreto 5.840, 2006, *apud*).

A EJA é uma modalidade, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria. Assim, a EJA vem como alternativa para a conclusão dos estudos para os jovens e adultos. Portanto é uma modalidade de ensino que visa garantir um direito àqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los. Existem diversos fatores que muitas vezes não possibilitam a alfabetização no período da infância no decorrer dos anos, o indivíduo sente a necessidade de inserir-se nesse processo e procura a EJA oferecido por escolas públicas.

Em termo de acesso a essa modalidade, a legislação educacional define que a idade mínima para o ingresso nos cursos de educação de jovens e adultos e a participação nos exames supletivos é de 15 anos completos para o ensino fundamental e de 18 para o ensino médio. A educação é essencial ao ser humano, principalmente nos dias de hoje, em que se depara com um ambiente de competitividade, diversos documentos assim como a Lei de Diretrizes e Bases confirma isso.

No presente século com todas as inovações tecnológica, e com a grande modernização econômica e cultural ainda se enfrenta um grande problema que impede o desenvolvimento do país, consequência da falta de investimento na educação, o que gera a má qualidade da mesma causa assim o desânimo de todos, ou seja, do docente é até mesmo do próprio educando, refletindo através da evasão, e baixos salários, e torna a educação de má qualidade.

A EJA no Brasil surgiu como alternativa à qualificação de mão de obra com vistas ao atendimento da demanda industrial, onde sua principal função era formar indivíduos que agissem como "máquinas" sem nenhum senso crítico. Nesse período, a única proposta de educação que formasse cidadãos críticos foi desenvolvida pelo educador Paulo Freire, que foi dilacerada pelo regime militar.

Inúmeros programas de EJA educação de jovens e adultos, após a experiência freireana foram desenvolvidos, mas não eram valorizados por parte dos governantes, pois a esses importava a formação de mão de obra é não o conhecimento adquirido. Para Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma

pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As exigências para a formação de docentes dessa modalidade são as mesmas dos outros níveis de ensino. Com efeito, a Resolução n. 1 de 5 de julho de 2000 da CNE, define que a formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e adultos terá como referência As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I- Ambiente institucional com organização adequada a proposta pedagógica. II- Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas. III- Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV- Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem (Brasil, 2000, artigo 17, n.p.).

A partir de dezembro de 2007, a formação mínima para atuação na educação de jovens e adultos, nos dois níveis de ensino, passou a ser de nível superior. Atualmente, através da formação continuada, ocorre o acesso de muitos professores ao nível de pós-graduação com formação voltada justamente à educação de jovens e adultos, o que tem contribuído de forma considerável para a formação e o preparo do profissional nessa área de ensino. A formação continuada do professor permite que o mesmo reflita sobre suas ações e repense a sua prática educativa. Alfabetizar jovens e adultos é uma ação que exige um compromisso, envolve também a afetividade, o gosto e a responsabilidade, é peculiar e nem sempre se dá da mesma forma como se alfabetiza uma criança na infância.

O professor alfabetizador deve partir dos princípios de ação- reflexão- ação, e deve estar aliado à formação continuada. É fundamental que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é importante valorizar o conhecimento que este aluno possui, pois durante toda a vida o aluno adquire um vasto conhecimento do senso comum, daí a importância da valorização de suas experiências de vida, é claro sem se limitar a ele. É importante que o professor conheça a realidade de seus alunos, seu cotidiano, suas vivências que servirão de conteúdos a serem trabalhados.

2.1. Paulo Freire contribuindo com a EJA

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife/PE. Não se pode falar em educação de jovens e adultos sem mencionar Paulo Freire. Seus estudos voltados àqueles que se denominavam de oprimidos, ele próprio veio de família pobre, suas técnicas atendiam os desprovidos socialmente era conhecida como "Sistema Paulo Freire".

Na América Latina e na África Paulo Freire tornou-se exemplo e inspiração de gerações de professores, conquistou um amplo público de pedagogos, militantes, políticos, teólogos e cientistas sociais.

Na década de 1960, Paulo Freire coordenou os projetos de alfabetização de jovens e adultos. Foi no Rio Grande do Norte que em 45 dias alfabetizou 300 trabalhadores, em seu método Freire recomenda que não basta ler e escrever mas dar continuidade aos estudos, havendo interação entre educador e educando tomando como base o contexto social e cultural do aluno, sua realidade de vida, o ato educativo não pode ser um ato passivo, o que era definido por Freire como "educação bancária" onde o aluno somente recebe.

Paulo Freire defendia a tese de que o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não "bancária" é que em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar sua própria visão de mundo, manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (Freire, 1987, p.120).

Contrariava assim o método de ensino tradicional, onde o professor é o "dono do saber", autoritário. Para Freire

[...] um professor dedicado para a educação popular tem que acreditar em mudanças, não pode ensinar apenas a ler e escrever, é preciso haver uma mudança de paradigma e transmitir esperanças fazer com que o aluno se transforme em sujeito pensante, crítico e consciente do que lhe envolve no dia a dia, o professor tem que ter prazer, alegria, e transmitir aos alunos (Freire, 2002, p. 80).

A metodologia de Paulo Freire é baseada na relação mútua, na troca de experiências, nesse processo, não só o aluno aprende, mas o professor também aprende com o seu aluno, o homem tem necessidade de relacionar, o que permite com que o mesmo reconheça sua importância no mundo. Paulo Freire ofereceu a possibilidade de alfabetizar com aquilo que nos rodeia, a escola precisa ensinar o aluno a "ler o mundo". É impossível o professor levar avante seu trabalho de alfabetização ou compreender a alfabetização quando separa completamente a leitura da palavra, da leitura de mundo.

Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois são precedidos do aprender como "escrever o mundo" isto é, ter a experiência de mudar o mundo e estar em contato com o mundo (Freire, 1989, p. 31). É necessário conscientização, Paulo Freire exemplificou que uma pessoa que vive no nordeste não poderia ser alfabetizada com as frases prontas de cartilhas: Eva viu a uva. O método freiriano partia do pressuposto de que os educandos são sujeitos ativos no processo educativo, uma vez que são seres históricos com amplas possibilidades de criar e recriar a sua própria cultura, é possível afirmar que a aplicação do método se iniciava exatamente com uma discussão visando a conscientização do analfabeto através do conceito de cultura. A pedagogia revolucionária de Paulo Freire, afirma:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo em que transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 1983, p.44).

A carreira de Paulo Freire foi interrompida em 31 de março de 1964, e foi uma das vítimas da repressão militar instaurada no país a partir daquele ano. Esse educador passou setenta e dois dias na prisão, acusado de subversão. Em seguida partiu para o exílio onde trabalhou no Chile por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (INCRA), onde escreveu *Pedagogia do Oprimido* em 1968. Lecionou na Universidade de Harvard nos Estados Unidos no ano de 1969, e em 1970 foi consultor do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) em Genebra, Suíça. Nesse período deu consultoria educacional a governos de países pobres, maior parte do continente africano.

Em 1980, Freire voltou do exílio e retornou ao Brasil, onde escreveu dois livros de sua obra de importância: *Pedagogia da Esperança* (1992) e *A Sombra desta Mangueira* (1995). Lecionou na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e PUC de São Paulo, e tornou-se secretário de Educação na gestão de Luiza Erundina quando esta foi prefeita do município de São Paulo. Recebeu prêmios como: Educação para a paz (Nações Unidas, 1986) e educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992).

As principais obras de Paulo Freire são: *Educação como prática da liberdade* (1967); *Pedagogia do oprimido* (1970); *Conscientização* (1980); *Pedagogia da Esperança* (1992); *Carta a Cristina* (1994) *A sombra desta mangueira* (1995); *Pedagogia da autonomia* (1997) *Pedagogia da indignação* (2000), textos reunidos que Ana Maria publicou (Gadotti, Freire,

2001), que nos dias atuais podem contribuir de forma considerável para o processo de alfabetização por seu método ser um método que se preocupa com a realidade do ensino. Assim entendemos que as contribuições de Paulo Freire para a EJA foram relevantes ao ponto de valorizar a cultura e a vivência desses educandos contribuindo para o desenvolvimento educacional.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho foram empregadas: pesquisa bibliográfica, questionário para a professora da disciplina, pesquisa de campo na Escola Estadual Fernandina Malta e na Feira Municipal de Rio Largo/AL.

A pesquisa é uma ação interativa do pesquisador e dos autores lidos, dos sujeitos ouvidos e de seus diversos saberes. Cabe ao pesquisador fazer as suas sínteses, construir os elos dessa grande rede de informações, focando sua intencionalidade na questão-problema. Nessa interação de saberes, ele se forma e se informa, aprende e ensina, dando à pesquisa uma dimensão educativa (Oliveira, 2008, p.314).

O trabalho foi desenvolvido junto à instituição que disponibilizou seu espaço para a realização da intervenção pedagógica. Para obter melhores resultados, foi pensada uma palestra referente ao tema alimentação saudável consubstanciada a partir de pesquisa de campo na feira municipal (ver figura 3) em que a escola encontra-se localizada.

Figura 3. Mosaico da pesquisa de campo na Feira Municipal de Rio Largo/AL



Fonte: Iranilde Bezerra Pinto (2023).

Buscou-se identificar o perfil dos alunos, cuja faixa etária se dava a partir dos dezoito anos de idade, dos sexos masculino e feminino. Suas ocupações cotidianas são serem estudantes, donas de casa, trabalhadores e desempregados da área urbana e periferia de Rio Largo/AL.

Aprender é necessariamente uma forma de praticar o conhecimento, é apropriar-se de seus processos específicos. O fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas o seu processo. Com efeito, o saber é resultante de uma construção histórica, realizada por um sujeito coletivo. Daí a importância da pesquisa, entendida como processo de construção dos objetos do conhecimento e a relevância que a ciência assume em nossa sociedade (Severino, 2007, p. 266).

A entrevista semiestruturada com a professora apresentou os seguintes questionamentos:

Nome do professor(a) entrevistado(a):

Idade:

Grau de instrução:

Tempo de atuação na EJA:

1-O que é a EJA modular?

2-Quais as dificuldades encontradas pelos alunos na aprendizagem ?

3- Existe diferença de aprendizagem entre os alunos que só estudam e os alunos que trabalham e estudam?

4- Qual a quantidade de alunos na turma?

5-Todos os alunos trabalham e estudam?

6-Quantos alunos só estudam?

7-Quantos alunos trabalham e estudam?

8-Quais são as metodologias de aprendizagem utilizadas em sala de aula?

9-Existe metodologia de aprendizagem diferente para alunos que trabalham e estudam dos que só estudam?

10-Como é feita a avaliação dos alunos?

11-Como é aplicada em sala de aula a disciplina Práticas Profissionais?

12- Qual foi a turma selecionada para a pesquisa do questionário?

O questionário teve como objetivo identificar e relatar sobre a atuação do professor/a (entrevistado/a) em sala de aula junto aos estudantes da EJA como também conhecer quem são os estudantes e trabalhadores estudantes da EJA.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A faixa etária da EJA do ensino médio é a partir dos dezoito anos. São homens, mulheres, pais e mães, empregados e desempregados que moram na cidade e periferia. Estes educandos retornaram aos estudos para concluir o ensino médio. A maioria dos alunos retornou à escola depois de muito tempo sem estudar e por isso sentem dificuldade em compreender e aprender os conteúdos abordados há também evasão escolar dos educandos, pois também se torna difícil conciliar a difícil rotina de trabalho e estudo.

Existem também jovens mães que não tendo com quem deixar seus filhos optam por desistir dos estudos, atrasando ainda mais a conclusão dos estudos. E aquelas que são mães e não tendo com quem deixar os filhos levam estes para a escola onde as mesmas sentem dificuldade para se concentrar no estudo, pois tem que dividir a atenção do filho com a atenção em sala de aula, e o resultado é baixo aprendizado.

No que diz respeito à entrevista semiestruturada realizada com a professora entrevistada, obtivemos as seguintes respostas:

1. EJA MODULAR é nova modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em curto espaço de tempo para o ensino médio, para maiores de 18 anos. A oferta é organizada em quatro módulos - práticas de linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da natureza - cada com duração de 50 a 75 dias. Os módulos são ofertados independentes entre si e sem ordem para iniciar e o aluno deverá, obrigatoriamente, cumprir um módulo por matrícula. Desta forma, após cursar os quatro módulos, ele conclui o ensino médio em 200 dias (formato diurno) ou 300 dias (noturno). Outro atrativo desta modalidade é o fato da mesma ser integrada à formação profissional, sendo oferecido um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) durante os quatro módulos. 2. A faixa etária da EJA modular é diversificada, a partir dos 18 anos, abrangendo jovens, adultos e até idosos que retornaram aos estudos para concluir o ensino médio. A maioria dos alunos retornaram a escola depois de muito tempo sem estudar e por isso sentem dificuldade em compreender e aprender os conteúdos abordados, além disso, há alunas que reduzem a assiduidade por não ter com quem deixar seus filhos menores de idade, porém outras acabam levando para escola, o que tira a sua atenção durante as aulas, pois precisam cuidar da criança. Os docentes buscam várias estratégias para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e evitar a evasão escolar. 3. Alguns alunos que trabalham e estudam, geralmente, sentem dificuldade em conciliar e possuem maior número de faltas, impontualidade e menor rendimento escolar. 4. A quantidade de alunos matriculados, geralmente, reduz com o passar do tempo, pois alguns acabam desistindo por motivos pessoais e trabalho. Além disso, a quantidade de alunos atualmente é variável em cada turma, sendo o mínimo de 30 alunos para iniciar uma turma. 5. Nem todos os alunos trabalham e estudam. 6. Ainda não tenho essa informação. 7. Ainda não tenho essa informação. 8. As estratégias que utilizo são de acordo com o objeto de estudo, listo a seguir algumas delas: Aula expositiva dialogada; Estudo dirigido; Mapa mental; Questionários; Dinâmicas; Vídeos motivacionais e expositivos; Seminário; Demonstrações e simulações. 9. As metodologias de ensino-aprendizagem são iguais para os alunos da turma, sendo escolhida e utilizada de acordo com o planejamento de aula para determinado conteúdo. 10. A avaliação é qualitativa, mediante interesse, atenção e participação do aluno, e qualitativa, mediante atividades realizadas em sala de aula, como exemplo, prova, questionário, estudo dirigido, simulação, mapa mental, seminário, e outras. 11. Práticas profissionais é ministrado por módulos de conhecimentos necessários para o exercício profissional, com carga horária diversificada, utilizando várias metodologias de ensino-aprendizagem. 12. A turma selecionada iniciou em outubro de 2022, cadastrada no SAGEAL como 1ºN01EJA-MOD-CIEN-HUM (Professor/a entrevistado/a, 2022).

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas há os alunos que travam uma batalha diária e retornam a sala de aula para concluir os estudos, mesmo estando fora da idade adequada. É uma questão de dignidade, pois a valorização de uma pessoa letrada é ter a sua dignidade restabelecida quando se tem educação. E alguns idosos desejam serem exemplos para seus filhos e netos, pois mesmo estando com a idade avançada é possível aprender e adquirir conhecimento.

A EJA e a Educação Profissional e Tecnológica Com o propósito de atender a educação profissional de trabalhadores, o governo federal instituiu em 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Com o Decreto n. 5.840/2006. Com esse decreto há uma maior abrangência para que outras instituições também façam parte da implantação das ações do referido programa. Assim sendo, para atender aos trabalhadores-educandos, que tem a difícil rotina de conciliar trabalho e estudo, e os jovens e adultos que estão excluídos da escola há algum tempo por motivos diversos. Essa modalidade de educação traz uma oportunidade de retorno aos estudos e uma recuperação da dignidade. Desta forma, a nova modalidade da EJA conhecida como EJA modular abrange um público de educando que são

trabalhadores/trabalhadoras e desempregados que não possuem a escolaridade e nem formação profissional.

A EJA modular para o Ensino Médio é uma chance de retomar a sua escolaridade e junto com a conclusão do ensino médio terá um curso profissionalizante. Com isso, esse engajamento do curso proporciona ao estudante um conhecimento adquirido na escola para ser usado em sua formação profissional e contribui para ter conhecimento sobre uma determinada área profissional.

Embora seja importante frisar que o curso profissionalizante precisa ter teoria e prática para que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos adquiridos em sala de aula e aplicá-los na prática profissional. Com isso há uma necessidade de mais investimentos e políticas educacionais que contribuam para o desenvolvimento dos educandos, um olhar mais para a qualidade do ensino e desenvolvimento dos educandos, pois mesmo a EJA modular possui deficiências em suas estruturas que precisam ser reparadas.

As escolas precisam ser equipadas com laboratórios, os cursos profissionalizantes precisam de parceria com empresas e instituições para que os alunos possam executar as práticas, pois através da prática e do convívio com outras pessoas é que se desenvolve o conhecimento sendo desta forma a maneira de garantir uma educação de qualidade e justa.

De acordo com Vygotsky (1989), para entender o indivíduo, devemos primeiro entender as relações sociais nas e pelas quais ele se desenvolve. Segundo Vygotsky (1989) um comportamento só pode ser entendido se forem estudadas suas fases, suas mudanças e suas histórias, ou seja, é um processo vivo. Este autor não considera o processo de aprendizagem como uma sucessão linear de etapas que o aluno deveria passar, e sim como um processo que leva em conta o modo como os seres humanos vão desenvolvendo os seus conhecimentos do mundo, implicando uma visão mais ampla do fenômeno no qual o meio cultural tem um papel fundamental.

Segundo Vygotsky, os grupos culturais funcionam no sentido de produzir adultos que operam psicologicamente de uma maneira particular de acordo com os modos culturalmente construídos de ordenar o real. Vygotsky (1989) entendia que a vida do homem não seria possível se fosse estudar somente a partir do cérebro e de suas mãos, sem considerar os instrumentos que surgem da vida social. A vida material do homem está mediatizada por instrumentos, assim como sua atividade psicológica. Para ele, a linguagem é o instrumento mais importante da vida humana.

Para explicar o processo de desenvolvimento do indivíduo Vygotsky (1989) fez uma importante distinção entre os conhecimentos construídos na experiência pessoal (concreta e cotidiana), que ele chamou de conceitos cotidianos ou espontâneos, e aqueles elaborados na sala de aula (adquiridos por meio do ensino sistemático) que chamou de conceitos científicos.

A nova modalidade do EJA para o ensino médio, que é a modular, vem separadas por quatro módulos - Práticas de Linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza - que na formação já traz um curso profissionalizante. Diante disso, o que se pretende é proporcionar uma oportunidade para um desenvolvimento educacional e profissional para os alunos.

Dentre os cursos FIC, destacamos o curso de Auxiliar de Farmácia. Este curso faz parte da formação geral EJA modular Práticas Profissionais. O curso dedica-se ao estudo dos princípios básicos da farmacologia, fundamentação dos processos farmacocinéticos e farmacodinâmicos, como também o estudo da farmacologia dos sistemas biológicos aplicados à farmácia.

A intervenção pedagógica aconteceu no curso de Auxiliar de Farmácia, na disciplina de Farmacologia. A intervenção se daria por meio de uma palestra sobre medicamentos fitoterápicos.

Para que os alunos possam usufruir do conhecimento sobre a alternativa de um tratamento natural, usando medicamentos fitoterápicos e que os alimentos podem ser utilizados no tratamento de determinadas patologias e contribuir para uma melhor qualidade de vida.

A interação com outras pessoas produz um conhecimento e favorece o desenvolvimento da aprendizagem no sujeito, desta forma é possível adquirir um desenvolvimento na aprendizagem convivendo e tendo trocas de experiências com outras pessoas a exemplo disto podemos observar o relato de pessoas que aprenderam com a interação em diferentes ambientes.

Os docentes buscam várias estratégias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e evitar a evasão escolar. Alguns alunos que trabalham e estudam, geralmente sentem dificuldade em conciliar e possuem maior número de faltas, impuntualidade e menor rendimento escolar.

A quantidade de alunos matriculados geralmente reduz com o passar do tempo, pois alguns acabam desistindo por motivos pessoais e trabalho. Além disso, a quantidade de alunos atualmente é variável em cada turma, sendo o mínimo de trinta alunos para iniciar uma turma, pois nem todos os alunos trabalham e estudam.

As estratégias utilizadas em sala de aula pela professora regente são de acordo com o objetivo de estudo que são: Aula expositiva dialogada, estudo dirigido, mapa mental, questionários, dinâmicas, vídeos motivacionais e expositivos, seminários, demonstrações e simulação quando possível.

As metodologias de ensino e aprendizagem são iguais para os alunos da turma, sendo escolhida e utilizada de acordo com o planejamento de aula para determinado conteúdo. A avaliação é qualitativa, mediante interesse, atenção e participação do aluno e quantitativa mediante atividades realizadas em sala de aula como, por exemplo: prova, questionário, estudo dirigido, simulação, mapa mental, seminário e outros.

Práticas Profissionais é uma disciplina que é ministrada por módulos de conhecimentos necessários para o exercício profissional, com carga horária diversificada utilizando várias metodologias de ensino e aprendizagem. A turma selecionada pela professora para responder ao questionário iniciou em outubro de 2022 cadastrada no SAGEAL como 1 NO1EJA - MOD- CIENHOM. A escola escolhida para fazer a coleta foi a Escola Estadual Fernandina Malta, na Avenida Santos Dumont s/n e a professora selecionada para a entrevista foi Anna Amélia de Paula Moraes. Gerência Regional: 12 GERE.

Durante as observações foi registrada a ocorrência do acolhimento no auditório da escola, isso sempre acontece quando se inicia uma nova turma. Todos os alunos vão para o auditório onde os professores fazem uma dinâmica para recepcionar a turma nova. A dinâmica aconteceu após ser servido um jantar de boas vindas. Foi observado bastante animação, os alunos ficaram na maior alegria, se descontraíram, interagem e brincam uns com os outros e no final da dinâmica é apresentado o ganhador das prendas que foi escolhido pelos alunos e ao ganhador um prêmio em dinheiro pelo sistema de Pix.

No final das apresentações o professor coloca um vídeo motivacional e dando boas vindas aos alunos e motivando a continuar no curso. Por último a diretora orienta os alunos onde será a sua sala de aula e o professor que irá acompanhá-lo na aprendizagem. Os alunos da EJA têm sua faixa etária de dezoito a cinquenta anos e jovens com crianças de colo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é para aqueles que por algum motivo não concluíram o ensino no período adequado. Apesar deste contratempo, a educação é um

direito previsto na Constituição Federal de 1988. É importante frisar que a aprendizagem segue por toda a vida, e não devemos nos limitar para aprendermos.

A EJA como instrumento de ensino proporciona essa continuidade à inclusão nos estudos que estavam parados. E isso motiva os estudantes a continuarem e seguirem pelo caminho do conhecimento. Sejam estudantes ou estudante-trabalhador(a) que precisam concluir os estudos para que possam resgatar a sua dignidade na vida na sociedade e até no trabalho.

Os estudos além de conhecimentos empíricos também proporcionam ao estudante-trabalhador um desenvolvimento no trabalho através de promoção ou bonificação, pois algumas empresas buscam a valorização de seus colaboradores e o conhecimento é algo que contribui para o colaborador evoluir no ambiente de trabalho. A nova modalidade da EJA para o Ensino Médio, que é a modular, traz consigo a separação em quatro módulos- Práticas de Linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, e na formação já traz um curso profissionalizante que dispõe de algo a mais para o estudante, que trilha no/para o mundo do trabalho. Com isso, o que se pretende é proporcionar uma oportunidade para um desenvolvimento educacional e profissional, como o caso do curso técnico em Farmácia.

Desta forma, a EJA é uma oportunidade de conclusão dos estudos para aquelas pessoas que estavam excluídas da sociedade. Visando também para os estudantes/ trabalhador (a) para os desempregados a realização de um curso Formação Inicial Continuada (FIC) este curso quem faz a escolha do curso é a Secretaria de Educação do Estado para atender a demanda do mercado de trabalho com isso o que se pretende é estimular ao estudante-trabalhador um conhecimento com uma formação profissional com isso contribui para o estudante uma formação para se (re)ingressar no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Escola Estadual Fernandina Malta**. Avenida Santos Dumont s/n Rio Largo-AL.

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de, FONTENELE, Inambê Sales, FREITAS, Ana Célia Souza. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2 , n. 1 p.1-11, 2021.

BRASIL, MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV, Mec, Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação do Ensino Supletivo**. Brasília: Departamento

de Documentação e Divulgação, 1978.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/06 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática de libertação. São Paulo. Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. em três artigos que se complementam. 27. Ed. São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 35. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 28. ed. rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FREIRE, Paulo. Mobral: um desacerto autoritário – 1ª parte: o Mobral e alegitimação da ordem. **Síntese**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, set./dez. 1981.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de jovens e adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. Paranaíba- Paraná, 2013.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. 9 ed. São Paulo: Ática, 1997.

RIBEIRO, Roselma Lopes; ALMEIDA, Ricardo Santos, SANTOS, Cirlene Jeane Santos e Santos, O programa mais Educação e a horta escolar: Perspectivas Geográficas. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 528–541, 2019. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v4i2.802. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/802. Acesso em: 4 nov. 2023.

RUMMERT, Sônia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI**: o novo que reitera antiga destituição de direitos. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

SANTOS, Geovânia Lúcia dos. **Educação ainda que tardia**: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA, Universidade Estadual de Minas Gerais, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: cortez, 2007.

SILVA, Maria Jeane Bomfim da. **A gestão das políticas públicas educacionais para a educação de jovens e adultos da Secretaria municipal de educação de Maceió no período de 2005 a 2010**. Maceió-AL.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.